



Departamento do Agronegócio

AgroLegis

Estadual

Acompanhamento de
Legislações

07 de fevereiro de 2013
Edição 78

Documento Interno

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Sérgio Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

Anderson dos Santos

Fabiana Cristina Fontana

Fernando dos Santos Macêdo

Lhais Sparvoli Cardoso da Silva

Maria de Lourdes Rillo

Apoio Institucional: **Alexandrina Mori** – Relações Institucionais e Governamentais

Índice:

Embalagem

PROJETO DE LEI, Nº 551 DE 2012_____01

Estabelece a divulgação do tempo de decomposição das embalagens plásticas produzidas no Estado de São Paulo.

PROJETO DE LEI Nº 775, DE 2011_____04

Torna obrigatório o uso de lacre higiênico na parte externa das tampas de latas, copos e garrafas que contenham bebidas de toda espécie fabricadas ou comercializadas no Estado.

PROJETO DE LEI, Nº 479 DE 2009_____07

Regulamenta o direito à informação, assegurado pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990), no âmbito do Estado de São Paulo, relativamente aos rótulos dos produtos e componentes dos produtos que contenham animal ou que tenham sido produzidos a partir de métodos que utilizem animal, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.

Massa Fresca

PROJETO DE LEI, Nº 342 DE 2012_____10

Dispõe sobre normas para a comercialização, transporte e armazenamento de massa fresca para fabricação de pães, e fixa outras providências.

Resíduos Sólidos

PROJETO DE LEI, Nº 975 DE 2011_____13

Altera a Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

PROJETO DE LEI, Nº 551 DE 2012

Autor: Ulysses Tassinari

Estabelece a divulgação do tempo de decomposição das embalagens plásticas produzidas no Estado de São Paulo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Todas as embalagens de composição plástica no produzidas no Estado de São Paulo deverão indicar o tempo de decomposição de seu respectivo produto, bem como os danos causados ao meio ambiente.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

O plástico é um material relativamente novo na natureza, tendo sido criado em 1962 pelo britânico Alexandre Parkes. Composto por milhares de átomos de carbono e hidrogênio apresenta ligações muito estáveis, o que torna sua decomposição extremamente lenta. Estudos afirmam que o plástico leva cerca de 100 a 400 anos para se decompor, constituindo um grande problema ambiental.

Em nossa sociedade, o consumo de produtos com embalagens plásticas aumentou significativamente. Anualmente, o Brasil acumula cerca de 2 milhões de toneladas de plástico pós-consumo (aquele que é descartado após o uso), segundo dados da Plastivida.

Este material produz gases tóxicos quando é incinerado, o que faz da sua eliminação via queima complicada e indesejável. Uma alternativa ao plástico é o plástico biodegradável ou PHB (polihidroxibutirato), que, em aterros sanitários, vira pó em apenas seis meses. Contudo, sua utilização responde por menos de 1% do total de plásticos utilizados no mundo, devido ao alto custo para sua produção.

Assim, este projeto visa educar toda a sociedade sobre o consumo consciente do plástico, bem como socializar o conhecimento dos danos causados ao meio ambiente por este material.

Sala das Sessões, em 29/8/2012

Ulysses Tassinari - PV

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#inicio

Ementa - Dispõe sobre a divulgação do tempo de decomposição das embalagens plásticas produzidas no Estado. Parecer nº 57, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação.

Indexação - Divulgação, Embalagens Plásticas, Tempo de Decomposição

Regime - Tramitação Urgência

Tramitação:

30/08/2012 - Publicado no Diário da Assembleia, página 17 em 30/08/2012

31/08/2012 - Pauta de 1ª sessão.

03/09/2012 - Pauta de 2ª sessão.

04/09/2012 - Pauta de 3ª sessão.

05/09/2012 - Pauta de 4ª sessão.

06/09/2012 - Pauta de 5ª sessão.

10/09/2012 - Distribuído: CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação. CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

11/09/2012 - Entrada na Comissão de Constituição Justiça e Redação

14/09/2012 - Distribuído ao Deputado Afonso Lobato

09/10/2012 - Recebido com voto do relator Afonso Lobato favorável ao projeto na forma do substitutivo, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação

07/11/2012 - Concedida vista conjunta ao Deputado Carlos Cezar e ao Deputado Roque Barbieri

28/11/2012 - Aprovado como parecer o voto do Deputado Afonso Lobato, favorável ao projeto na forma do substitutivo

29/11/2012 - Entrada na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

30/11/2012 - Publicado Requerimento, da Deputada Regina Gonçalves, solicitando tramitação em regime de urgência desta propositura. (DA p. 12)

05/12/2012 - Distribuído ao Deputado Milton Leite Filho

12/12/2012 - Alterado o regime para: PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

12/12/2012 - 176ª Sessão Ordinária - Aprovado requerimento de urgência.

13/12/2012 - Devolvido sem voto

13/12/2012 - Distribuído à Deputada Regina Gonçalves.

13/12/2012 - Recebido com voto do relator Regina Gonçalves favorável, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

13/12/2012 - Aprovado como parecer o voto da Deputada Regina Gonçalves, favorável

14/12/2012 - Publicados: Parecer nº 1703/12, da CCJR-favorável à proposição, na forma do substitutivo; Parecer nº 1704/12, da CMADS-favorável à proposição, na forma do substitutivo da CCJR. (DA p. 12)

14/12/2012 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

19/12/2012 - 60 Sessão Extraordinária - Aprovado o substitutivo, prejudicado o Projeto.

08/01/2013 - Distribuído: CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação.

01/02/2013 - Reentrada na Comissão de Constituição Justiça e Redação

01/02/2013 - Juntado pedido de Relator Especial

04/02/2013 - Comunicado Vencimento do Prazo

04/02/2013 - Presidente solicita Relator Especial.

05/02/2013 - Designado como Relator Especial, o Deputado Chico Sardelli, pela comissão CCJR

06/02/2013 - Recebido com voto propondo redação final, do relator especial Chico Sardelli, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação

PROJETO DE LEI Nº 775, DE 2011

Autor: Campos Machado

Torna obrigatório o uso de lacre higiênico na parte externa das tampas de latas, copos e garrafas que contenham bebidas de toda espécie fabricadas ou comercializadas no Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Ficam os fabricantes de bebidas de toda a espécie obrigados a colocarem lacres higiênicos na parte externa das tampas de latas, copos ou garrafas que forem comercializadas no Estado de São Paulo.

Artigo 2º - A desobediência aos ditames desta lei sujeitará a empresa infratora ao pagamento de multa.

Artigo 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de 90 (noventa) dias, dispondo sobre o valor da multa.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A presente propositura tem o objetivo de garantir a utilização do lacre na parte externa das tampas de bebidas de toda espécie, com a finalidade de garantir maior higiene para consumo desses produtos.

Esta lei visa proteger milhões de pessoas que estariam livres de contrair doenças como a leptospirose provocada pela urina de ratos sobre as latas de bebidas que, armazenadas em depósitos imundos, aguardam o consumo.

A proteção da vida, saúde e segurança do consumidor contra riscos no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos, são direitos básicos previstos pelo Código de Defesa do Consumidor.

Testes realizados nos laboratórios da Universidade de São Paulo comprovam a eficácia dos lacres higiênicos, com a diminuição da quantidade de microorganismos em cerca de 80%. Dessa forma, se as bebidas viessem com o invólucro, as pessoas ficariam menos expostas a fungos e bactérias, diminuindo, na mesma proporção, a possibilidade de se contrair doenças.

Além do mais, antes da aplicação dos selos higiênicos são emitidos raios ultravioletas, que têm capacidade de matar os germes presentes no bocal das embalagens. Só depois, são aplicados os invólucros de alumínio que protegem contra as contaminações.

O mercado brasileiro de refrigerantes produz 11,6 bilhões de litros por ano, o que representa o terceiro no ranking mundial, perdendo só para o México e para os Estados Unidos. São mais de 750 fábricas em todo o país, que produzem cerca de 3,5 mil marcas. O setor é responsável por mais de 600 mil empregos diretos e indiretos. O Brasil também está entre os quatro maiores produtores de cerveja do mundo, com um volume anual de cerca de 8,22 bilhões de litros. O consumo per capita anual do produto é na média de 46,8 por habitante.

Num país de mercado tão abrangente é natural que a proteção dada aos consumidores seja uma real preocupação dos representantes da sociedade brasileira.

Dessa forma, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei por essa Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15-8-2011

Campos Machado - PTB

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#inicio

Ementa: Torna obrigatório o uso de lacre higiênico na parte externa das tampas de latas, copos e garrafas que contenham bebidas de toda espécie fabricadas ou comercializadas no Estado.

Regime: Tramitação Ordinária

Indexação: Bebida, Comercialização, Fabricação, Lacre Higiênico, Obrigatoriedade, São Paulo (Estado), Tampa.

Tramitação:

17/08/2011 - Publicado no Diário da Assembleia, página 23 em 17/08/2011

18/08/2011 - Pauta de 1ª sessão.

22/08/2011 - Pauta de 2ª sessão.

23/08/2011 - Publicado Requerimento, do Deputado Campos Machado, solicitando tramitação em regime de urgência desta propositura. (DA p. 23)

23/08/2011 - Pauta de 3ª sessão.

24/08/2011 - Pauta de 4ª sessão.

25/08/2011 - Pauta de 5ª sessão.

29/08/2011 - Distribuído: CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação. CS - Comissão de Saúde. CFOP - Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

30/08/2011 - Entrada na Comissão de Constituição Justiça e Redação

02/09/2011 - Distribuído ao Deputado Roque Barbiere

17/11/2011 - Recebido do relator, Deputado Roque Barbiere, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação, com voto favorável ao projeto com emenda

23/11/2011 - Concedida vista conjunta ao Deputado Fernando Capez e ao Deputado Geraldo Cruz

02/02/2012 - Comunicado Vencimento do Prazo

03/02/2012 - Presidente solicita Relator Especial.

03/02/2012 - Juntado pedido de Relator Especial

03/02/2012 - Juntado pedido de Relator Especial

28/03/2012 - Designado como Relator Especial, a Deputada Heroilma Soares Tavares, pela comissão CCJR

19/04/2012 - Entrada na Comissão de Saúde

20/04/2012 - Recebido com voto favorável ao projeto com emenda, da relatora especial Heroilma Soares Tavares, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação

25/04/2012 - Distribuído ao Deputado Celso Giglio

26/06/2012 - Concedida vista a Deputada Analice Fernandes

08/11/2012 - Devolvido da vista

22/11/2012 - Recebido do relator, Deputado Celso Giglio, pela Comissão de Saúde, com voto favorável ao projeto e à emenda da CCJR

27/11/2012 - Aprovado como parecer o voto do Deputado Celso Giglio, favorável ao projeto e à emenda da CCJR

27/11/2012 - Entrada na Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento

06/12/2012 - Distribuído ao Deputado Luiz Cláudio Marcolino

04/02/2013 - Recebido do relator, Deputado Luiz Cláudio Marcolino, pela Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento, com voto favorável ao projeto e à emenda da CCJR

PROJETO DE LEI, Nº 479 DE 2009

Autor: Feliciano Filho

Regulamenta o direito à informação, assegurado pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), no âmbito do Estado de São Paulo, relativamente aos rótulos dos produtos e componentes dos produtos que contenham animal ou que tenham sido produzidos a partir de métodos que utilizem animal, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Na comercialização de qualquer produto que contenha animal, componente animal ou que tenha sido elaborado através de método que utilize animal, o consumidor deverá ser informado destas circunstâncias.

Artigo 2º - Tanto nos produtos embalados como nos vendidos a granel ou in natura, o rótulo da embalagem ou do recipiente em que estão contidos deverá constar, em destaque, no painel principal, uma das seguintes expressões, dependendo do caso: "produto de origem animal" ou "componente do produto de origem animal" ou "produto testado em animal" ou "componente do produto testado em animal" ou "produto produzido a partir de teste em animal" ou "componente do produto produzido a partir de teste em animal".

Artigo 3º - As informações do rótulo deverão estar em língua portuguesa, com caracteres de tamanho e formato que as tornem ostensivas e de fácil visualização.

Parágrafo único - A informação determinada no Artigo 2º também deverá constar do documento fiscal, de modo que essa informação acompanhe o produto ou ingrediente em todas as etapas da cadeia produtiva.

Artigo 4º - Os estabelecimentos comerciais, as empresas, os produtores e os fornecedores abrangidos por esta lei, terão o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para se adequarem a esta norma legal.

Artigo 5º - O não atendimento ao disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das de natureza cível, penal ou administrativa.

I – Multa de dez UFESP por unidade comercializada em desacordo com as normas estabelecidas nesta lei.

II – Suspensão temporária da atividade.

III – Cassação da licença de funcionamento.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

Um dos princípios desta política é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

É dever do Estado promover a educação e informação dos consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria das relações de consumo.

É direito do consumidor, quando da oferta de produtos, receber informações corretas, claras, precisas e ostensivas sobre as características de tais produtos, dentre elas a origem e o método de produção.

Este direito é garantido eficazmente quando se aprimora a rotulagem dos produtos para conter informação completa sobre o conteúdo e composição do produto ou de componente dele, bem como dados sobre suas características, dentre elas a origem e método de produção.

A rotulagem dos produtos não alimentares deve igualmente mencionar informações específicas para garantir a segurança da sua utilização e permitir que o consumidor conheça todas as características do produto que está adquirindo, dentre elas a origem e método de produção.

A informação é critério determinante por ocasião da aquisição de produtos e afeta tanto os interesses dos consumidores como a confiança que estes depositam nestes produtos que circulam no mercado.

Do mesmo modo do que já acontece em outros países em relação aos produtos geneticamente modificados ou que contenham organismos geneticamente modificados, deve o consumidor ser informado também sobre os produtos e seus ingredientes ou componentes, bem como sobre os métodos de produção desses produtos e de seus ingredientes ou componentes.

Ao determinar que tais informações constem do documento fiscal que acompanha tais produtos e seus ingredientes, cria-se um sistema de rastreabilidade eficiente, a fim de garantir que essas informações cheguem ao consumidor final.

O objetivo de tal lei é garantir informação completa sobre os produtos e seus componentes, bem como sobre os métodos de produção de tais produtos e componentes. Esta transparência atende aos princípios da informação e da dignidade da pessoa humana garantidos na Constituição da República.

Sala das Sessões, em 17/6/2009

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/alesp/projetos/projetos_pesquisa.html

Ementa: Determina que, na comercialização de qualquer produto que contenha animal, componente animal ou que tenha sido elaborado através de método que utilize animal, o consumidor seja informado destas circunstâncias.

Regime: Tramitação Ordinária

Indexação: Documento não Indexado.

Tramitação:

20/06/2009 - Publicado no Diário da Assembléia, página 12 em 20/06/2009

23/06/2009 - Pauta de 1ª sessão.

24/06/2009 - Pauta de 2ª sessão.

25/06/2009 - Pauta de 3ª sessão.

26/06/2009 - Pauta de 4ª sessão.

29/06/2009 - Pauta de 5ª sessão.

12/08/2009 - Distribuído: CCJ - Comissão de Constituição e Justiça. CDDC - Comissão Defesa dos Direitos Consumidor.

13/08/2009 - Entrada na Comissão de Constituição e Justiça

21/08/2009 - Distribuído a Deputada Ana Perugini

- 29/08/2009** - Publicado Requerimento, do Deputado Reinaldo Alguz, solicitando tramitação em regime de urgência. (DA p.13)
- 07/10/2009** - Aprovado o parecer da Deputada Ana Perugini, favorável
- 07/10/2009** - Recebido com parecer do relator Ana Perugini favorável, pela Comissão de Constituição e Justiça
- 08/10/2009** - Entrada na Comissão Defesa dos Direitos Consumidor
- 09/10/2009** - Distribuído ao Deputado Mozart Russomanno
- 21/10/2009** - Recebido com parecer do relator Mozart Russomanno favorável, pela Comissão Defesa dos Direitos Consumidor
- 10/11/2009** - Aprovado o parecer do Deputado Mozart Russomanno, favorável
- 13/11/2009** - Publicados: Parecer nº 2226/09, da CCJ-favorável à proposição e Parecer nº 2227/09, da CDDC- favorável à proposição. (DA p. 97)
- 13/11/2009** - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA
- 19/12/2012** - 60 Sessão Extraordinária - Aprovado o Projeto.
- 20/12/2012** - Em fase de elaboração de minuta de autógrafo.
- 15/01/2013** - Recebido pelo Governador em: 15/01/2013 - prazo para sanção: 06/02/2013.
- 16/01/2013** - Publicado o autógrafo nº 30.013. (DA. página 6).
- 16/01/2013** - Aguardando Sanção
- 07/02/2013** - Publicada Mensagem A-nº 014/13 de 06/02/13, do Senhor Governador do Estado de São Paulo, opondo veto total a este Pl. (DA p. 20)

PROJETO DE LEI, Nº 342 DE 2012

Autor: Orlando Morando

Dispõe sobre normas para a comercialização, transporte e armazenamento de massa fresca para fabricação de pães, e fixa outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Ficam vedados a comercialização, o transporte e o armazenamento, em todo o Estado de São Paulo, de massa fresca para fabricação de pães, que não esteja congelada, e que não contenha indicação das características do produto na sua composição.

Parágrafo único - Entende-se para efeito do disposto no caput, características do produto como aquelas de composição, qualidade, quantidade, garantia, prazo de validade, origem, local de fabricação, identificação do lote, lista de ingredientes, além, do nome, endereço e CNPJ do fabricante.

Artigo 2º - Ficam isentos da aplicação desta lei os estabelecimentos, legalmente constituídos, responsáveis pela fabricação e processamento da massa de pão.

Artigo 3º - O produto de massa fresca estiver em desacordo com o art. 1º, bem como, não possuir refrigeração adequada serão apreendidos pelo órgão competente designado pelo Poder Executivo e incinerados no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Artigo 4º - O descumprimento desta lei ensejará ao infrator a multa de 100 (cem) UFESP, por produto comercializado, transportado e/ou armazenado, dobrada em caso de reincidência.

§ 1º – Na hipótese de reincidência, além da multa, será cassada a eficácia da Inscrição no Cadastro de Contribuinte do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços) dos estabelecimentos infratores.

§ 2º – A multa e cassação serão aplicadas após regular procedimento administrativo, garantida a ampla defesa.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

O Código de Defesa do Consumidor estabelece que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras e precisas sobre as características de composição, bem como, sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Além disso, o Código Sanitário do Estado de São Paulo dispõe que, os princípios sobre proteção, promoção e preservação da saúde tem por objetivo assegurar condições adequadas de qualidade na produção, comercialização e consumo de bens e serviços de interesse à saúde, incluindo procedimentos e técnicas que promovam o controle de doenças ou fatores de risco à saúde.

Ademais, devemos salientar que toda a produção de alimentos deve passar por um controle rígido de técnicas de elaboração e manipulação, principalmente, no que tange à fabricação da “massa de pão”, com o intuito de assegurar as condições adequadas para a comercialização do “nosso pão de cada dia”.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 21/5/2012

Orlando Morando - PSDB

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#inicio

Ementa - Dispõe sobre normas para a comercialização, transporte e armazenamento de massa fresca para fabricação de pães.

Regime - Tramitação Ordinária

Indexação - Armazenamento, Composição, Fabricação, Identificação do Lote, Normas, Origem do Produto, Prazo de Validade, Transporte.

Tramitação:

23/05/2012 - Publicado no Diário da Assembleia, página 24 em 23/05/2012

25/05/2012 - Pauta de 1ª sessão.

28/05/2012 - Pauta de 2ª sessão.

29/05/2012 - Pauta de 3ª sessão.

30/05/2012 - Pauta de 4ª sessão.

31/05/2012 - Pauta de 5ª sessão.

11/06/2012 - Distribuído: CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação. CDD - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais. CFOP - Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento.

05/09/2012 - Recebido com voto do relator Fernando Capez favorável ao projeto com emenda, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação

28/11/2012 - Aprovado como parecer o voto do Deputado Fernando Capez, favorável ao projeto com emenda

19/12/2012 - 61ª Sessão Extraordinária - Aprovado o requerimento de urgência.

19/12/2012 - Alterado o regime para: PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

20/12/2012 - Publicado Requerimento, do Deputado Carlos Bezerra Jr, solicitando tramitação em regime de urgência desta propositura. (DA p. 23)

20/12/2012 - Aprovado no congresso de comissões Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, o voto do relator Vitor Sapienza, favorável ao projeto e contrário à emenda apresentada pela CCJR

20/12/2012 - 62 Sessão Extraordinária - Aprovado o Projeto, rejeitada à Emenda.

21/12/2012 - Publicados: Parecer nº 1786/12, da CCJR-favorável à proposição, com emenda e Parecer nº 1787/12, do Congresso das Comissões: CDDPHCPQS e CFOP -favorável à proposição e contrário à emenda da CCJR. (DA p. 24)

03/01/2013 - Em fase de elaboração de minuta de autógrafo.

15/01/2013 - Recebido pelo Governador em: 15/01/2013 - prazo para sanção: 06/02/2013.

16/01/2013 - Aguardando Sanção

07/02/2013 - Publicada Mensagem A-nº 018/13 de 06/02/13, do Senhor Governador do Estado de São Paulo, opondo veto total a este Pl. (DA p. 21)

PROJETO DE LEI, Nº 975 DE 2011

Autor: Aldo Demarchi

Altera a Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - O inciso VI, do artigo 2º da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 2º (...)

VI– a minimização dos resíduos por meios de incentivos às práticas ambientalmente adequadas de reutilização, reciclagem, redução, recuperação e geração de energia a partir do lixo,; .”

Artigo 2º - O inciso VII, do artigo 3º da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º (...)

VII– fomentar a implantação do sistema de coleta seletiva nos Municípios e a geração de energia a partir do lixo.”

Artigo 3º - A alínea 2, do parágrafo único, do artigo 3º da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º (...)

Parágrafo único (...)

2. incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a adoção e a divulgação de novas tecnologias de reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, inclusive de prevenção à poluição e de geração de energia a partir do lixo”;

Artigo 4º - Inclua-se a seguinte alínea, no parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006:

“Artigo 3º (...)

Parágrafo único (...)

1 – promover a instalação de usinas de geração de energia a partir do lixo;”

Artigo 5º - Inclua-se o seguinte inciso no artigo 4º da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006:

“Artigo 4º (...)

Inciso - o incentivo à pesquisa e à implementação de usinas de geração de energia a partir do lixo. (NR).

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A destinação final dos resíduos vem, num crescente, preocupando a sociedade e levando os governos a pensarem e adotarem soluções que muitas vezes são difíceis tendo em conta o volume produzido diariamente. Essa proliferação de resíduos produzidos nas cidades de todos os portes tem saturado os

aterros sanitários e os lixões, fazendo com que isto se torne um dos mais graves problemas que deve ser equacionado pelo Poder Público.

O Poder Público precisa, com urgência, encontrar novas e mais eficientes maneiras para a disposição e o aproveitamento dos resíduos. Por isto, propomos a alteração da lei que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, para que seja incluído a geração de energia a partir do lixo.

O lixo pode ser reaproveitado de duas maneiras: através da reciclagem ou através da transformação. A diferença essencial entre elas é que a reciclagem há o reaproveitamento dos materiais com finalidades similares para os quais tinham sido originalmente produzidos, já a transformação diz respeito ao uso de resíduos para fins diferentes dos originais.

Já existem tecnologias que transformam o lixo em energia. Entre elas há o biogás, gerado em aterros sanitários, e o tratamento térmico do lixo, sendo este já instalados em Usinas Termelétricas nos Estados Unidos e na Europa. Apesar de incipiente no Brasil, já foi provado que é possível e viável economicamente a produção da energia a partir do lixo no país, atenuando o problema do armazenamento do lixo e do esgotamento dos recursos energéticos.

Portanto, é função primordial do Poder Legislativo apresentar proposições que visem ao bem estar da sociedade. A proteção do meio ambiente é uma questão prioritária na sociedade atual, visto que já é sabido e mensurado que o planeta não suporta por mais muito tempo a exploração dos recursos naturais e o acúmulo de resíduos. Por esse motivo, acreditamos no apoio dos Nobres Parlamentares desta Casa de leis.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#

Ementa: Altera a Lei nº 12.300, de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.

Regime: Tramitação Ordinária

Indexação: ALTERAÇÃO LEI ESTADUAL 12300/2006, CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO, DIRETRIZES, LEI ESTADUAL 12300/2006, POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PRINCÍPIOS

Tramitação:

11/10/2011 - Publicado no Diário da Assembleia, página 20 em 11/10/2011

13/10/2011 - Pauta de 1ª sessão.

14/10/2011 - Pauta de 2ª sessão.

17/10/2011 - Pauta de 3ª sessão.

18/10/2011 - Pauta de 4ª sessão.

19/10/2011 - Pauta de 5ª sessão.

20/10/2011 - Distribuído: CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação. CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. CFOP - Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

21/10/2011 - Entrada na Comissão de Constituição Justiça e Redação.

31/10/2011 - Distribuído ao Deputado André Soares.

09/11/2011 - Recebido do relator, Deputado André Soares, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação, com voto favorável

23/11/2011 - Concedida vista ao Deputado João Antonio

10/02/2012 - Devolvido da vista

15/02/2012 - Aprovado como parecer o voto do Deputado André Soares, favorável

17/02/2012 - Entrada na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

28/03/2012 - Distribuído ao Deputado Itamar Borges

20/09/2012 - Recebido do relator, Deputado Itamar Borges, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com voto favorável ao projeto com emendas

19/12/2012 - 181ª Sessão Ordinária - Aprovado o requerimento de urgência.

19/12/2012 - Alterado o regime para: PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

19/12/2012 - Aprovado no congresso de comissões Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento, Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o voto do relator Roberto Massafera, favorável

19/12/2012 - 60 Sessão Extraordinária - Aprovado o Projeto.

20/12/2012 - Publicado Requerimento, do Deputado Estevam Galvão, solicitando tramitação em regime de urgência desta propositura. (DA p. 22)

20/12/2012 - Publicados: Parecer nº 1774/12, da CCJR-favorável à proposição e Parecer nº 1775/12, do Congresso das Comissões: CMADS e CFOP-favorável à proposição. (DA p. 30)

20/12/2012 - Em fase de elaboração de minuta de autógrafo.

09/01/2013 - Recebido pelo Governador em: 09/01/2013 - prazo para sanção: 31/01/2013.

10/01/2013 - Publicado Autógrafo nº 30.018. (DA p. 4)

10/01/2013 - Aguardando Sanção

01/02/2013 - Publicada a Mensagem A nº 0012/2013, do Senhor Governador opondo veto total ao projeto. DOE I página 01.

02/02/2013 - Publicada Mensagem A-nº 012/13, de 31/01/13, do Senhor Governador do Estado de São Paulo, opondo veto total a este PI. (DA p. 10)

04/02/2013 - Distribuído (VETO): CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação. CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. CFOP - Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento.

05/02/2013 - Entrada na Comissão de Constituição Justiça e Redação.